

FORMAÇÃO DE PROFESSORES E EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS: BALANÇO DE UMA DÉCADA (2007-2017)

TEACHER TRAINING AND EDUCATION IN HUMAN RIGHTS: REVIEW OF A DECADE (2007-2017)

Aline Daiane Nunes Mascarenhas ¹
Aida Maria Monteiro Silva ²

Resumo: O presente artigo se consubstancia a partir da reflexão crítica dos resultados parciais da pesquisa interinstitucional “Interlocações entre educação em direitos humanos, currículo e formação de professores”, cujo objetivo consiste em analisar o cenário da produção científica na área de Educação em Direitos Humanos e as possíveis interlocações desta área com os campos de Currículo e Formação de professores, no período de 2007 a 2017. Assim, a partir do recorte no ensino fundamental, este artigo busca indagar: o que se produz no cenário nacional sobre formação de professores e Educação em Direitos Humanos? Como objetivo geral buscou-se desenvolver uma análise sobre o cenário da produção científica na área de Formação de Professores e Educação em Direitos Humanos, no período de 2007 a 2017. Os resultados alcançados sinalizam que a formação inicial e continuada se traduz como um importante marco formativo para os docentes efetivarem práticas pedagógicas centrada na educação em direitos humanos.

Palavras-chave: Educação em Direitos Humanos. Formação de Professores. Direitos Humanos.

Abstract: The present article is based on the critical reflection of the partial results of the interinstitutional research “Interlocutions between education in human rights, curriculum and teacher training”, whose objective is to analyze the scenario of scientific production in the area of Education in Human Rights, the possible interlocutions in this area with the fields of Curriculum and Teacher Training, in the period from 2007 to 2017. Thus, from the focus on fundamental education, this article seeks to inquire: what is produced in the national scenario regarding teacher training and Education in Human rights? As a general objective, we sought to develop an analysis of the scenario of scientific production in the area of Teacher Training and Human Rights Education, from 2007 to 2017, as a way to support teacher training processes, with a focus on human rights education. The results achieved indicate that initial and continuing education is an important formative milestone for teachers to carry out pedagogical practices centered on human rights education

Keywords: Human Rights Education. Teacher Training. Human Rights.

1 Doutora em Educação (UFBA). Graduada em Pedagogia (UEFS). Professora Adjunta da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Docente do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0661893163690196>. ORCID: 0000-0002-7372-5411. E-mail: aline_mascarenhas@hotmail.com

2 Pós-doutorado pela Universidade do Porto. Doutora em Educação (USP). Graduada em Pedagogia (UFPE). Professora Titular (aposentada) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Docente do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5736286568421768>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3981-1607>. E-mail: trevoam@terra.com.br

Introdução

Existem inúmeros motivos para a proposição de um artigo que apresente os dados em cenário nacional da produção acadêmica, entre os anos de 2007 a 2017, no âmbito da área de Educação em Direitos Humanos, tendo como recorte o campo da formação de professores no Brasil.

O primeiro motivo é o contexto antidemocrático e conservadorista que se fortaleceu nas políticas educacionais e no campo da formação de professores, instrumentalizando os processos formativos, esvaziando o processo de trabalho pedagógico de consciência crítica, engessando os currículos a partir de perspectivas economicistas e distanciadas de um compromisso civilizatório e humano. O campo da formação de professores está imerso num território em disputa com reformas reguladas pelo capital (MASCARENHAS; FRANCO, 2022, p.32,) conduzindo a um processo de (de) formação centrada nas competências e na ausência de importantes pautas sociais no currículo das licenciaturas, a exemplo da perspectiva democrática, do direito das minorias, de um projeto formativo voltado para a educação em direitos humanos.

O segundo motivo é o esforço de organização e sistematização de pesquisas realizadas ao longo de uma década (2007-2017) sobre o que se tem produzido em âmbito nacional no que concerne à educação em direitos humanos, tendo como recorte a formação de professores.

O terceiro motivo está alicerçado na concepção de que a Educação em Direitos humanos é um universo crucial no campo da formação de professores, tendo em vista a responsabilidade que a educação tem de contribuir nessa formação de sujeitos críticos e implicados nos processos de mudança social, sem perder de vista a dignidade humana e o respeito permanente para o fortalecimento de uma sociedade democrática e justa.

Candau e Sacavino ressaltam que:

A expressão Educação em Direitos Humanos é uma categoria polissêmica com dimensões e enfoques diferenciados, especialmente nas dimensões político-ideológica e pedagógica, convivem diferentes concepções, que vão do enfoque neoliberal, centralizado nos direitos individuais, civis e políticos, até os enfoques históricos críticos de caráter contra-hegemônico, nos quais os direitos humanos são uma referência no processo de construção de uma sociedade diferente, justa, solidária e democrática, em que a redistribuição e o reconhecimento se articulam, tendo como centro a indivisibilidade e interdependência das diferentes gerações de direitos. Essa diversidade de enfoques exige um contínuo discernimento, imprescindível para manter a coerência entre os marcos assumidos e práticas (CANDAU; SACAVINO, 2010, p. 113).

O presente trabalho empreende a Educação em Direitos humanos numa dimensão crítica e emancipadora, a partir da dimensão de práxis, centrada no processo de emancipação de homens e mulheres que de forma consciente elaboram e (re)elaboram a partir dos contextos históricos a defesa permanente aos direitos humanos e a dignidade humana. Essas questões evidenciam a necessidade de aprofundar, cientificamente, a área de Educação em Direitos Humanos, em especial no campo da formação de professores, tendo em vista a importante tarefa dos professores em promoverem uma prática pedagógica alicerçadas em processos críticos e de cidadania ativa que desperte a consciência das pessoas para as suas responsabilidades com o coletivo. Nesse entendimento, o presente artigo assume uma perspectiva histórico-crítica na compreensão da EDH, tendo como pressuposto a defesa de uma sociedade plural, democrática, participativa, justa e comprometida com a humanização de sujeitos.

Nesse bojo, um grupo de pesquisadores de forma interinstitucional, sentiram a motivação em realizarem a pesquisa **“Interloquções entre educação em direitos humanos, currículo e formação de professores”**, em parceria com docentes da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e Universidade Católica de Salvador (UCSal). A ideia foi traçar um panorama das interloquções entre as pesquisas de educação em direitos humanos,

currículo e formação de professores; identificar enfoques e abordagens teórico-metodológicas que fundamentam a produção sobre a educação em direitos humanos na relação com, currículo e formação de professores; identificar e descrever, dentro da produção científica analisada, algumas ações, projetos, conteúdos trabalhados, experiências e práticas capazes de contribuir para a construção de propostas formativas em Educação em Direitos Humanos.

Com efeito, este artigo trará dados relevantes e parciais sobre a catalogação e resultados alcançados pelos membros do grupo de pesquisa Grupo de Pesquisa Interlocações entre Educação em Direitos Humanos, Currículo e Formação de professores da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), cadastrado no CNPQ, a partir de um esforço teórico em demonstrar as possíveis articulações existentes na produção científica entre os temas da Educação em Direitos Humanos e Formação de Professores no âmbito do ensino fundamental.

Face ao exposto temos a seguinte indagação: **o que se produz no cenário nacional sobre formação de professores e educação em direitos humanos?** Como objetivo geral buscamos desenvolver uma análise sobre o cenário da produção científica na área de Formação de Professores e Educação em Direitos Humanos, tendo como recorte o ensino fundamental, no período de 2007 a 2017.

No campo da formação de professores essa agenda cumpre um destaque especial, tendo em vista a responsabilidade que tem a educação de promover sujeitos críticos e implicados nos processos de mudança social, sem perder de vista a dignidade humana e o respeito permanentemente para o fortalecimento de uma sociedade democrática e justa.

É com essa intencionalidade que se considera pertinente e relevante apresentar os resultados, a partir de um olhar interdisciplinar, apontando novas demandas para processos investigativos que possam contribuir para o avanço da Educação em Direitos Humanos na formação inicial e continuada dos professores.

Metodologia

Nesta investigação optamos por fundamentar a metodologia na pesquisa bibliográfica, compreendida como uma das etapas de qualquer investigação seja qualitativa ou quantitativa. A escolha se deu por visualizar nesta abordagem a possibilidade de reunir produções acadêmicas significativas que permitam relacionar conceitos, ideias e entendimentos a partir de padrões encontrados nos dados, ao invés de coletar dados para comprovar teorias, hipóteses e modelos preconcebidos.

Outra justificativa para escolha da pesquisa bibliográfica deve-se à necessidade da realização de um mapeamento que possibilite obter um panorama das pesquisas que revelem a ocorrência de interfaces entre as temáticas: Educação em Direitos Humanos e Formação de Professores. Segundo Gil (2002, p. 44) “[...] a análise das diversas posições acerca de um problema, também costumam ser desenvolvidas quase exclusivamente mediante fontes bibliográficas”.

O levantamento das produções acadêmicas ocorreu no portal do Banco Digital de Teses e Dissertações (BDTD), no Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e no Portal do Domínio Público. Para realizar as buscas nas bases de dados acima mencionadas foram utilizados os seguintes descritores: “educação em direitos humanos”; “educação e direitos humanos”; “currículo” e “formação de professores” no período compreendido entre 2007 a 2017. O levantamento e análise das investigações foi realizado a partir do recorte de estudos relativos à educação formal. Assim, constatamos a existência de 07 trabalhos relacionados com a educação em direitos humanos e formação de professores: uma produção de dissertação de mestrado e seis teses de doutorado.

Após o levantamento das fontes bibliográficas digitais, foi realizada leitura detalhada, através de fichamentos, visando captar as informações mais relevantes que demonstrem as interpenetrações, entre as temáticas em estudo e as sínteses das ideias principais de cada texto. Esse procedimento possibilitou a leitura informativa: “leitura de reconhecimento”, “leitura seletiva”, “leitura crítica ou reflexiva” e “leitura interpretativa” (GIL, 2002).

Qual o cenário das políticas de formação de professores?

A formação de professores se constitui na atualidade um importante território para o avanço e a consolidação de práticas efetivas na Educação em Direitos Humanos no contexto educacional, tanto no Brasil como em *alhures*. No campo das políticas de formação de professores, no Brasil, são bem recentes as preocupações — pelo menos em termos de documentos oficiais — da perspectiva de Educação em Direitos Humanos no âmbito formativo da docência, tanto na Educação Básica como na Educação Superior.

Nessa linha, podemos enfatizar a aprovação no ano de 2012 das Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, a qual orienta os sistemas de ensino e suas instituições e a reconhecerem a Educação em Direitos Humanos (EDH) como um dos eixos fundamentais do direito à educação, propiciando uma reflexão sobre a comunidade escolar e no ensino superior na construção de ações colaborativas em torno da igualdade, cidadania, justiça e direitos em diferentes níveis e modalidades de ensino, para todas as áreas de conhecimento.

E, conforme as DNEDH (2012) em seu Art. 6º os Projetos Pedagógico Curricular das instituições de ensino superior devem reconhecer:

A Educação em Direitos Humanos, de modo transversal, deverá ser considerada na construção dos Projetos Político-Pedagógicos (PPP); dos Regimentos Escolares; dos Planos de Desenvolvimento Institucionais (PDI); dos Programas Pedagógicos de Curso (PPC) das Instituições de Educação Superior; dos materiais didáticos e pedagógicos; do modelo de ensino, pesquisa e extensão; de gestão, bem como dos diferentes processos de avaliação.

Candau e Sacavino (2013) ao realizarem a pesquisa “Educação em Direitos Humanos na América Latina e no Brasil: gênese histórica e realidade atual” revelam que ainda é tímida a introdução da temática dos Direitos Humanos na formação de professores e educadores em geral, tanto na formação inicial, quanto na continuada, poucas são as instituições que trabalham sistematicamente nesta perspectiva. Esse cenário mostra que esta é uma questão urgente no sentido de poder colaborar para a construção de uma cultura dos Direitos Humanos, que perpassa nas diferentes práticas sociais.

Conforme estabeleceu o Art. 8º das DNEDH (2012):

A Educação em Direitos Humanos deverá orientar a formação inicial e continuada de todos(as) os(as) profissionais da educação, sendo componente curricular obrigatório nos cursos destinados a esses profissionais.

Nessa convergência a Resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE) nº 02/2015, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada orientou os currículos das licenciaturas no Brasil, até o final do ano de 2019¹, na perspectiva dos direitos humanos como um tema que deveria transversalizar o currículo das licenciaturas no país. Esse documento tem no seu bojo o reconhecimento de uma sociedade intercultural, com necessidade de visibilidade nos currículos de formação de professores, a partir da inclusão de algumas temáticas, tais como: direitos humanos, orientação sexual, educação para as relações étnico-raciais, educação indígena, educação quilombola, educação inclusiva, educação do sistema prisional, entre outras.

Assim, a Resolução do CNE 02/2015 ao direcionar a formação de professores para importantes temáticas, possibilitava uma formação mais aproximada no campo dos Direitos Humanos, propiciando práticas pedagógicas mais inclusiva e na promoção da garantia dos direitos,

¹ No ano de 2019 foi publicada de forma antidualógica a Resolução nº 02/2019 do CNE que estabelece a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (DCN-BNC) que retira educação em direitos humanos da formação dos professores no Brasil.

tendo como princípio a Educação em Direitos Humanos.

No Brasil, antes do golpe da Presidenta Dilma Rousseff (2015) se desenhava a partir de políticas públicas voltada para esse campo, uma formação emancipadora que reconhecia o professor como mediador do processo educativo, incentivando-o a criatividade, responsabilidade com a formação de cidadãos conscientes e autônomos, reconhecimento da diversidade e respeito a uma sociedade plural, implicada com a democracia não somente como um regime político, mas um modo de vida social e cultural.

No entanto, esse processo emancipador foi interrompido com o golpe e nas gestões anteriores do Michel Temer e do governo de Jair Messias Bolsonaro, não conseguimos avançar nesse debate e introduzir mudanças significativas no cenário brasileiro, no que tange à formação de professores em relação a Educação em Direitos Humanos. A Resolução do CNE nº 02/2015 foi alterada recentemente pela Resolução CNE -2/2019 que instituiu as *Diretrizes Curriculares Nacionais e Base Nacional Comum para a Formação Inicial e Continuada de Professores da Educação Básica* (BNC Formação, 2019), documento que expressa a hegemonia do pensamento neoliberal, ratifica uma visão centrada nas competências e alinhada a uma perspectiva instrumental, sem aderência ao campo da educação em direitos humanos.

A BNC Formação (2019) tem sido criticada de forma veemente no âmbito acadêmico pela sua natureza praticista, marcada por preconizações de formações aligeiradas e sem consciência crítica. Sobre isso, Pimenta e Severo (2020) apontam que a despeito das ínfimas iniciativas de ações do atual Governo Federal voltadas à formação de professores, a proposição da Base Nacional Comum de formação se insere na esteira de ações dos governos Temer e Bolsonaro de grupos privatistas que se mantiveram no Conselho Nacional de Educação (CNE) e colaboram para a intensificação de uma agenda conservadora no campo educacional. Nas palavras desses autores,

[...] tratando-se de representantes de conglomerados financistas que defendem uma visão praticista e “barata” de formação docente como um pilar da estratégia de rentabilização da oferta de cursos de licenciatura no Brasil, os quais já são responsáveis por cerca de 70% dos cursos, sendo 88% destes em Educação a Distância (PIMENTA; SEVERO, 2020, p. 113).

Desse modo, a Base Comum de Formação de professores (2019) reverbera numa concepção de formação restrita a um pragmatismo e marcada pela privatização dos cursos de licenciaturas, que nada contribui para a formação de professores críticos-reflexivos e alinhados às demandas emergentes da Educação em Direitos Humanos. Assim, a premissa de que as propostas de formação de professores devem reconhecê-los como intelectuais críticos, que refletem e tomam deliberações diante de situações conflituosas do trabalho pedagógico não é reconhecida no âmago da BNC Formação (2019). Prevalece uma concepção que subordina o professor a um mero “tarefeiro” e “executor” de ações elaboradas e definidas por outros agentes.

As DNEDH (2012) explicitam em seu Artigo 3º que a Educação em Direitos Humanos tem a finalidade de promover a educação para a mudança e a transformação social ancorada nos seguintes princípios:

I - dignidade humana; II - igualdade de direitos; III - reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades; IV - laicidade do Estado; V - democracia na educação; VI - transversalidade, vivência e globalidade; e VII - sustentabilidade socioambiental.

Contudo, diante o cenário no contexto brasileiro, as DNEDH (2012) foram silenciadas e os princípios ancorados nesse documento foram escanteados na formulação de políticas no âmbito das licenciaturas, cedendo lugar a concepção restritiva de formação, tendo estreita relação com as reformas neoliberais.

A formação de professores situada no âmbito da EDH, conforme ressalta Tavares (2007, p.489):

[...] atua na formação da pessoa em todas as suas dimensões a fim de contribuir ao desenvolvimento de sua condição de cidadão e cidadã, ativos na luta por seus direitos, no cumprimento de seus deveres e na fomentação de sua humanidade. Dessa forma, uma pessoa que goza de uma educação neste âmbito, é capaz de atuar frente às injustiças e desigualdades, reconhecendo-se como sujeito autônomo e, ademais, reconhecendo o outro com iguais direitos.

Ao reconhecer o terreno da formação inicial de professores como um lugar que garante os conhecimentos profissionais que possibilitarão aos futuros docentes um melhor desenvolvimento do trabalho pedagógico, não apenas no sentido restrito de conteúdo a serem ensinados, mas em consonância com um projeto de sociedade implicado com a humanização de sujeitos, não faz sentido invisibilizar a EDH nos currículos, ofuscando o papel primordial que ela cumpre numa sociedade democrática, justa e plural.

BALANÇO DE UMA DÉCADA: o que existe no campo da formação de professores em relação a educação em direitos humanos?

As pesquisas selecionadas no recorte temporal de 2007 a 2017, no portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e do Banco Digital de Teses e Dissertações (BDTD), resultou no total de 07 (sete) produções acadêmicas (teses de doutorado e dissertação de mestrado).

De posse dos dados, realizamos uma análise dos conteúdos e enfoques das produções acadêmicas alinhadas ao tema da formação de professores e suas possíveis interlocuções com a Educação em Direitos Humanos, tendo como *corpus* de investigação pesquisas vinculadas ao Ensino Fundamental.

Do total de trabalhos analisados, verificamos que sete dessas produções convergem em refletir sobre a docência e as relações com os direitos humanos, sendo apenas um estudo no campo da indisciplina. Apesar dos estudos estarem vinculados aos direitos humanos, observamos uma diversidade de recortes temáticos, tais como: indisciplina escolar; representações sociais dos professores na mediação com a educação em direitos humanos; as condições necessárias para a implementação de um projeto em direitos humanos e a formação continuada de professores. Após a leitura dos resumos e palavras-chave, excluídas as produções que não tinham aderência temática com o tema da educação em direitos humanos, organizamos o quadro a seguir que apresenta um panorama dessas pesquisas, destacando os títulos e autores:

Quadro 1. Títulos e autores das pesquisas

Títulos das pesquisas	Autor (a) e Ano
Docentes, direitos humanos, e (in)disciplina no espaço escolar: perspectivas e limites	WICHER, Carolina La Torre. (2008)
Educação em direitos humanos: A representação social dos professores da rede pública de ensino do município de Simões filho, egressos do curso de pedagogia da rede UNEB/2000.	ROCHA, Denise Abigail Freitas. (2013)
Direitos humanos e relações étnico-raciais na rede municipal de educação de Goiânia - GO	HOLANDA, Camilo Christiane. (2014)
As representações dos professores da educação básica sobre a criança “como sujeito de direitos”	CUNHA, Roseli da Cunha. (2015)
Educação, Direitos Humanos, igualdade e diferença: o quem dizem os professores?	SILVA, Sara Moitinho. (2016)
Formação docente e prática pedagógica na Educação em Direitos Humanos	KRUEGER, Eliane de Andrade. (2017)

Direitos humanos em sala de aula: a compreensão de professores sobre a aliança entre as suas disciplinas escolares e a EDH

DIAS, Diego Corrêa Lima de Aguiar. (2017)

Fonte: Elaboração própria

As produções acadêmicas coletadas, demonstram que entre 2007 a 2008 houve apenas uma pesquisa sobre o tema; contexto de maior agravamento correspondeu ao período de 2009 a 2012, onde se percebe a inexistência de pesquisas nessa área; a partir de 2013 é perceptível um número ampliado dessas pesquisas, no campo da EDH e de articulação com a formação de professores. Esse último período reflete a aprovação das DNEDH (2012) e a implementação de Programas de Pós-Graduação em Direitos Humanos de mestrado e doutorado no país, a partir das linhas de pesquisas, com recorte na Educação em Direitos Humanos.

É nesse cenário que podemos compreender a importância do reconhecimento da EDH como uma política pública em nosso país, ao propiciar:

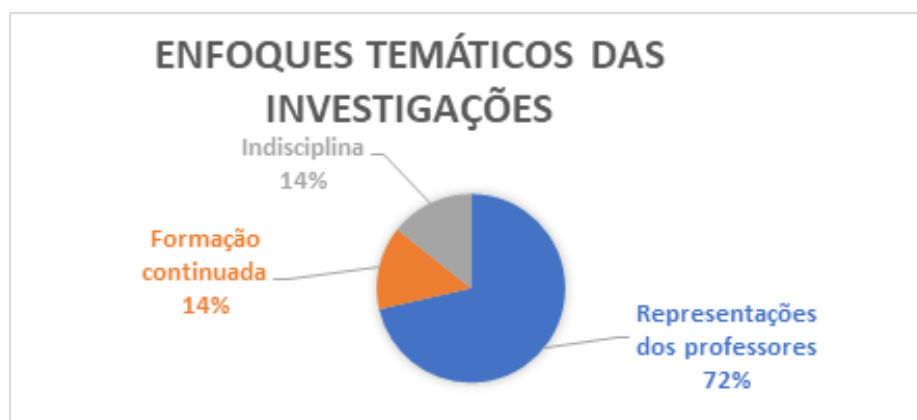
[...] a afirmação de compromissos nacionais com a formação de professores e estudantes e também influenciar na construção e consolidação da democracia, por meio do processo de conscientização de pessoas, grupos ou comunidades tradicionalmente excluídos dos seus direitos (RESÉS ; COSTA, 2015, p.10).

A análise das pesquisas demonstra que do total de sete trabalhos, apenas um está no âmbito da formação continuada de professores. As seis (6) pesquisas restantes não se enquadram, propriamente como pesquisas no campo da formação de professores, mas se aproximam das discussões sobre a docência, elegendo como protagonistas os professores.

Desse modo, apenas um estudo está relacionado à formação docente e prática pedagógica na educação em direitos humanos, as demais pesquisas não problematizam como objeto central a formação inicial, continuada e estratégias de desenvolvimento profissional de professores, sob a ótica dos Direitos Humanos. Direcionam suas perspectivas analíticas tomando por base os professores como sujeitos autorais, ou seja, elegem e reconhecem os docentes como sujeitos fundamentais para a análise e a efetivação da Educação em Direitos Humanos no contexto escolar.

Em vista disto, os dados sinalizam que os estudos focalizados, embora não sejam propriamente do campo da formação de professores, apresentam aproximações sobre questões relacionadas aos professores, como é possível perceber no gráfico a seguir, estão distribuídos pelas seguintes temáticas:

Gráfico 1. Temáticas da pesquisa



Fonte: Elaborado pelos autores

De um modo geral, o estudo e análises empreendidas dessas temáticas nos possibilitam

afirmar que existe uma lacuna na produção acadêmica, no período de 2007 a 2017, por não elegerem a formação inicial ou continuada de professores e a EDH como objeto propriamente de pesquisa. Embora as pesquisas no campo da formação de professores elegessem temas sobre as representações, subjetividades e relações escolares para a efetivação da Educação em Direitos Humanos, não podemos afirmar, *a per si*, que são propriamente do campo da formação de professores, exceto a pesquisa de Krueger (2017) que se vincula à formação continuada de professores.

No que concerne aos objetivos dos sete estudos, podemos observar que embora focalizem a Educação em Direitos Humanos como elemento norteador, eles se diferenciam no que diz respeito às suas finalidades. Todavia, é passível de discussão como elemento comum o reconhecimento dos docentes como produtores de conhecimento e sujeitos importantes na (re)configuração das políticas no campo da EDH. Nesse sentido, os estudos superam os princípios da racionalidade técnica, que reconhecem os professores como mero executores de decisões e planejamentos elaborados por outros (DINIZ-PEREIRA, 2014). Com efeito, percebe-se a aderência desses sete estudos com o paradigma da racionalidade crítica, que concebe a educação como um processo historicamente situado, social e político.

É possível considerar que as pesquisas apresentadas no período têm uma importante dimensão ao transitarem entre educação, democracia e direitos, em espaços formais e não formais de educação, elencando a concepção do professor/a em torno do projeto de uma educação em direitos humanos.

Nessa direção, a pesquisa de Krueger (2017) trata, de modo mais específico, sobre o papel da formação continuada na perspectiva da educação em direitos humanos, ao demonstrar o peso da formação continuada na construção de práticas democráticas capazes de promover o empoderamento do sujeito e da coletividade, visando a Educação para a Paz.

No que concerne aos aspectos metodológicos, as dissertações e teses sobre educação em direitos humanos e formação de professores utilizam em sua maioria o estudo de caso, a partir do enfoque de professores, apenas uma realiza a análise documental. São, em geral, estudos pontuais, voltados ao conhecimento de um aspecto muito particular da dimensão da educação em direitos humanos e formação docente. Outro importante aspecto é que 100% das pesquisas se inserem na dimensão qualitativa, propiciando um olhar não apenas descritivo, mas também interpretativo e crítico.

Em linhas gerais, o exame das dissertações e teses produzidas na década de 2007-2017 revelam que a maioria dos estudos apresentam uma variedade de instrumentos de coletas de dados, com predominância da análise de depoimentos, a partir de levantamento de dados com questionário e entrevistas, visando conhecer opiniões, pontos de vista ou representações dos informantes.

É possível observar uma relativa fragilidade nos aspectos metodológicos, pois constatamos uma certa confusão entre metodologia e procedimento de coleta de dados. Cabe ressaltar a fragilidade em torno de um número limitado de observações e de sujeitos, por utilizarem instrumentos pontuais e sem articulação com outros, não possibilitando uma triangulação das informações.

O aporte teórico conceitual dos estudos possibilitou compreender as dimensões epistemológicas que sustentaram a discussão desenvolvida, elucidando os pesquisadores que têm sido referência no cenário brasileiro nos estudos sobre a educação em direitos humanos no Brasil. Dos sete trabalhos analisados, em relação ao referencial teórico, notamos uma amplitude de autores e conceitos utilizados para subsidiar as análises e interpretações dos pesquisadores. Destacamos que seis pesquisas se aproximaram de um mesmo campo conceitual, utilizando autores que tratam, propriamente sobre os Direitos Humanos e ligados à Educação em Direitos Humanos. Entre os autores nacionais mais consultados tem prevalência os estudos de Vera Candau (2003, 2008, 2009); Aida Silva (2010, 2012); Sacavino (2000; 2010); Maria Benevides (2000, 2007), em âmbito internacional aparecem as contribuições de Boaventura de Souza (2004, 2006), Noberto Bobbio (1992, 2004), além de documentos oficiais como o PNEDH (2003/2006) e as DNEDH (2012).

Um aspecto que merece ser sinalizado é a lacuna quanto ao referencial teórico no campo da formação de professores, pois os trabalhos analisados embora se aproximem da área investigativa

no campo da formação de professores, não explicitam literatura de pesquisadores que se dedicam a produção de conhecimento nessa área, evidenciando uma fragilidade quanto aos estudos e pesquisas que tem sido realizada no Brasil sobre a temática.

Os resultados das pesquisas apresentam elementos significativos para referendar a trajetória de análise dos pesquisadores e sustentar os achados do tema investigado. Interessante observar que embora tenham temas e objetivos distintos, convergiram para resultados próximos entre si. No geral, um dado sobressaiu: a relevância da formação continuada como potencializadora de garantia na prática de uma educação que converge para os princípios democráticos e de cidadania.

As pesquisas em tela, apresentaram alguns resultados que convergem na direção de sinalizar a dificuldade dos professores em trabalhar com a educação em direitos humanos e, ainda, apontam lacunas na formação continuada como um aspecto que fragiliza e reverbera de modo negativo na ação docente desse professor, dificultando um projeto de consolidação de Educação em Direitos Humanos em defesa dos direitos humanos.

Assim, conforme ressalta Silva e Tavares (2011, p. 72) é importante destacar que a vigência dos direitos humanos só é possível em regime democrático fundamentado na igualdade de direitos, na liberdade de expressão, de participação e de inserção nas políticas públicas, uma vez que nos regimes ditatoriais não há o contraponto de opinião e a existência da participação na definição dos princípios e fundamentos que orientam a sociedade.

A produção do conhecimento nessa década, nos convida a tarefa urgente de reivindicar uma política de formação inicial e continuada em nosso país, visto as DNEHD (2012) e a Resolução CNE 02/2015 foram interrompidas pós golpe de 2016 e impossibilitou a readequação dos Projetos de Cursos das licenciaturas no que tange a discussão em torno da EDH no país. A Educação em Direitos Humanos já tem caminho construído nas políticas educativas brasileiras, no entanto, o desafio é avançar para concretização do currículo e formação de professores que dialoguem com essa área.

Considerações Finais

A Educação em Direitos Humanos embora se constitua como uma política pública expressa na DNEHD (2012), no Brasil, ainda enfrenta dificuldades para garantir um espaço nos currículos das licenciaturas.

As pesquisas evidenciaram uma lacuna no campo da formação de professores e a interlocução entre EDH no período de 2007 a 2017, sinalizando que:

- a) A formação inicial e continuada dos professores se constitui como um importante processo para a garantir práticas pedagógicas centrada na Educação em Direitos Humanos;
- b) Os cursos de formação inicial de professores têm a urgente tarefa de readequação curricular dos cursos das licenciaturas, tomando como princípio os processos formativos que se articulem com a educação em direitos humanos;
- c) A EDH enquanto política pública no país deve ocupar os espaços formativos nas licenciaturas, contribuindo com uma sociedade justa, plural, democrática, com respeito aos direitos humanos e com apreço às diversidades que compõe o mosaico social;
- d) As pesquisas no campo da formação de professores e EDH necessitam ampliar a sua agenda investigativa, para além de aspetos metodológicos centrados em estudo de caso, com o intuito de amplificar o olhar investigativo e empreender uma análise mais consistente em âmbito nacional.

Referências

BENEVIDES, Maria Victoria. **Educação em Direitos Humanos: de que se Trata?**. São Paulo: FE-USP, 2000 (palestra de abertura do Seminário de Educação em Direitos Humanos). Disponível em: <https://www.hottopos.com/convenit6/victoria.htm>.

BENEVIDES, Maria Victória. **Direitos humanos: desafios para o século XXI**. In: SILVEIRA, Maria

Godoy *et al.* **Educação em direitos humanos**: fundamentos teórico-metodológicos. João Pessoa: Universitária, 2007. p. 335-350.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília: MEC/SEDH, 2006.

BRASIL. Resolução CEP/CNE Nº 1, de 30 de maio de 2012. **Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos**. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Parecer nº 2, de 1º de julho de 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. **Diário Oficial da União**, seção 1: Brasília, DF, n. 124, p. 8-12, 02 jul. 2015.

BRASIL. **Resolução CNE/CP n. 2, de 20 de dezembro de 2019**. Brasília, DF: Conselho Nacional de Educação, 2019. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/135951-r-cp002-19/file>. Acesso em: 20 fev. 2022

BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1992.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo e sociedade**. Para uma teoria geral da política. São Paulo: Editora paz e terra, 2004.

CANAU, V.M.F.; SACAVINO, S. Educação em direitos humanos: concepções e metodologias. In: FERREIRA, L.F.G.; ZENAIDE, M.N.T.; DIAS, A. A. (Org.). **Direitos humanos na educação superior**: subsídios para a educação em direitos humanos na Pedagogia. João Pessoa: UFPB, 2010. p. 113-138.

CUNHA, R. I. **As representações dos professores da educação básica sobre a criança “como sujeito de direitos”**. 2016. 200 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

DIAS, Diego Corrêa Lima de Aguiar. **Direitos humanos em sala de aula**: a compreensão de professores sobre a aliança entre as suas disciplinas escolares e a EDH. 2017. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Educação da PUC- Rio, PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2017.

Diniz-Pereira, J. E. Da racionalidade técnica à racionalidade crítica: formação docente e transformação social. **Perspectivas Em Diálogo**: Revista de Educação e Sociedade, v.1, n. 1, p. 34-42, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/persdia/article/view/15>.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

HOLANDA, Camilo Christiane. **Direitos Humanos e Relações Étnico-Raciais na Rede Municipal de Educação de Goiânia – GO**. 2014. Dissertação (Mestrado) – Programa Interdisciplinar de Pós-Graduação Strictu Senso em Direitos Humanos, Universidade Federal de Goiás, 2014.

KRUEGER, Eliane de Andrade. **Formação docente e prática pedagógica na educação em direitos humanos**. 2017. 102f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/49426>. Acesso em: 12 ago. 2022.

MAGENDZO, Abraham. **Educación en Derechos Humanos**: un desafío para los docentes de hoy. Santiago: LOM Ediciones, 2006.

RÊSES, E. S.; COSTA, D. R. A política pública de Educação em Direitos Humanos e formação de professores. **ARACÊ – Direitos Humanos em Revista**, ano 2, n. 2, maio/ 2015.

ROCHA, Denise Abigail Britto Freitas. **Educação em direitos humanos**: a representação social dos professores da rede pública de ensino do município de Simões Filho, egressos do curso de pedagogia da Rede UNEB/2000. Tese (Doutorado) - Programa de Pesquisa e Pós-graduação em Educação, UFBA, Salvador, 2013.

CANAU, V. M. F.; SACAVINO, S. B. Educação em direitos humanos e formação de educadores. **Educação**, v.36, n. 1, 2013. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/12319>. Acesso em: 4 fev. 2023.

MASCARENHAS, A. D. N.; FRANCO, M. A. S. Esvaziamento da Didática e da Pedagogia na (nova) BNCC de Formação Inicial. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 19, n. 3, p. 1014-1035, jul./set. 2021. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/52423/37765>. Acesso em: 1 out. 2022.

MOITINHO, SILVA, Sara. **Educação, direitos humanos, igualdade e diferença**: o que dizem os professores? 2016. 216 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo - USP, São Paulo - SP, 2016.

SEVERO, J. L. R.; Pimenta, S.G. Versões do campo da Didática na Base Nacional Comum da Formação Docente no Brasil. **Série-Estudos - Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB**, 2020. DOI: <https://doi.org/10.20435/serie-estudos.v0i0.1479>.

SACAVINO, SUZANA. **Direitos humanos na educação básica**: qual o significado? In: SILVA, Aida Maria Monteiro; TAVARES, Celma. Política e fundamentos da educação em direitos humanos. São Paulo: Cortez, 2010. p. 41-63.

SACAVINO, Susana Beatriz. **Democracia e educação em direitos humanos na América Latina**. Petrópolis, RJ: DP et Alli; De Petrus; Rio de Janeiro: Novamerica. 2009.

SILVA, A. M. M. **Direitos humanos na educação básica**: qual o significado?. In: SILVA, A. M. M.; TAVARES, C. (Org.). Políticas e fundamentos da educação em direitos humanos. São Paulo: Cortez, 2010. p. 41-63.

SILVA, Aida Monteiro (org.) **Educação Superior – espaço de formação em Direitos Humanos**. São Paulo, SP: Ed. Cortez, 2012.

TAVARES, Celma. **Educar em direitos humanos, o desafio da formação dos educadores numa perspectiva interdisciplinar**. In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy *et al.* **Educação em direitos humanos**: fundamentos teórico-metodológicos. João Pessoa: Editora Universitária, 2007.

WICHER, Carolina La Torre. **Docentes, direitos humanos e (in)disciplina no espaço escolar** : perspectivas e limites. 2008. 99 f. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2008.

Recebido em 12 de dezembro de 2022.

Aceito em 13 de fevereiro de 2023.